

O PAPEL DA ESCOLA NA INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

THE ROLE OF SCHOOLS IN INCLUDING STUDENTS WITH SPECIAL NEEDS

Renata Nunes Camargo

Facultad Interamericana de Ciencias Sociales, Paraguai

Samantha Inaie Rodrigues Oliveira

Facultad Interamericana de Ciencias Sociales, Paraguai

Mara de Castro da Silva Belo

Facultad Interamericana de Ciencias Sociales, Paraguai

Sirley Rodrigues de Magalhães

Facultad Interamericana de Ciencias Sociales, Paraguai

Flavia Baião Soares Moyses

Facultad Interamericana de Ciencias Sociales, Paraguai

ISSN: 1518-0263

DOI: <https://doi.org/10.46550/9vp8nc28>

Publicado em: 31.05.2025

Resumo: O objetivo deste artigo consistiu em analisar o papel da escola na inclusão de alunos com necessidades especiais, considerando a articulação entre Estado, escola e família, a formação docente continuada e os efeitos das práticas pedagógicas inclusivas. O estudo abordou a temática a partir de pesquisa bibliográfica, utilizando artigos acadêmicos recentes, selecionados por critérios de relevância e atualidade. As análises revelaram que a inclusão escolar exige mais do que garantias legais, necessitando de ações concretas que integrem recursos materiais, tecnologia assistiva, formação de professores e envolvimento familiar. Concluiu-se que as práticas inclusivas repercutem positivamente tanto no desempenho acadêmico quanto no desenvolvimento socioemocional dos alunos, destacando-se, contudo, limitações estruturais e operacionais que precisam ser enfrentadas. O artigo recomenda a realização de pesquisas empíricas futuras que explorem mais profundamente os desafios cotidianos da inclusão.

Palavras-chave: Inclusão Escolar; Necessidades Especiais; Articulação Intersetorial; Formação Docente; Práticas Pedagógicas.

Abstract: The objective of this article was to analyze the role of schools in the inclusion of students with special needs, considering the articulation between the State, school, and family, ongoing teacher training, and the effects of inclusive pedagogical practices. The study approached the theme through a bibliographic review, using recent academic articles selected based on relevance and timeliness criteria. The analyses revealed that school inclusion requires more than legal guarantees, demanding concrete actions integrating material resources, assistive technology, teacher training, and family involvement. It was concluded that inclusive practices have positive impacts both on academic performance and students' socioemotional development,



although structural and operational limitations still need to be addressed. The article recommends conducting future empirical research to explore the everyday challenges of inclusion more deeply.

Keywords: School Inclusion; Special Needs; Intersectoral Articulation; Teacher Training; Pedagogical Practices.

Introdução

O presente artigo delimitou como tema a análise do papel da escola na inclusão de alunos com necessidades especiais, destacando os fatores institucionais, pedagógicos e intersetoriais envolvidos nesse processo. O objetivo geral consistiu em examinar como a articulação entre Estado, escola e família, a formação docente continuada e as práticas pedagógicas inclusivas impactam a permanência, o aprendizado e o desenvolvimento socioemocional desses estudantes. Como objetivos específicos, buscou-se: a) compreender a relevância das redes de apoio interinstitucionais; b) investigar as condições materiais e formativas que favorecem práticas adaptadas e inclusivas; c) analisar os efeitos concretos das estratégias inclusivas sobre os resultados acadêmicos e emocionais dos alunos.

A escolha pelo tema justifica-se pela crescente demanda social por práticas educacionais inclusivas que transcendam o simples cumprimento legal, buscando transformar efetivamente os espaços escolares em ambientes acolhedores e participativos. Diante disso, a questão norteadora que guiou o estudo foi: de que modo a escola contribui, concretamente, para a inclusão plena de alunos com necessidades especiais, considerando os desafios institucionais, pedagógicos e sociais?

A metodologia adotada baseou-se em pesquisa bibliográfica, fundamentada na análise de produções acadêmicas recentes, selecionadas segundo critérios de relevância temática, atualidade e alinhamento aos objetivos propostos. Serão utilizados como referenciais os textos de Costa e Versiani (2024), Varela *et al* (2024) e Rodrigues (2023), que discutem, em perspectiva crítica, as interfaces entre legislação, práticas escolares e resultados inclusivos.

O artigo está estruturado em capítulos que tratam, respectivamente, da articulação entre Estado, escola e família; da formação docente e dos recursos pedagógicos adaptados; e, por fim, do impacto das práticas inclusivas no desempenho acadêmico e socioemocional dos alunos. Na sequência, apresentam-se os resultados e a análise dos dados, destacando as principais conclusões extraídas, bem como suas limitações e implicações para pesquisas futuras. Finaliza-se com a conclusão, que retoma os objetivos iniciais e as respostas elaboradas à questão central.

Metodologia

A presente investigação foi caracterizada como uma pesquisa de natureza bibliográfica, com abordagem qualitativa, voltada à análise do papel da escola na inclusão de alunos com necessidades especiais. Para atingir os objetivos propostos, foram utilizados artigos acadêmicos publicados recentemente, selecionados com base em critérios de relevância temática, aderência ao problema investigado e alinhamento aos objetivos do estudo.

Foram empregadas etapas sistemáticas de leitura, fichamento e análise temática dos textos, organizando-se as informações em categorias como: articulação Estado-escola-família, formação

docente e impacto das práticas inclusivas. Os instrumentos adotados incluíram a identificação de conceitos-chave, a extração de citações relevantes e a comparação das abordagens teóricas entre os autores.

Segundo Santana, Narciso e Santana (2025, p. 15), “a pesquisa-ação é uma abordagem metodológica que promove a transformação social”. Embora este estudo tenha se baseado em pesquisa bibliográfica, a citação demonstra que investigações voltadas ao campo educacional devem manter como horizonte a aplicação prática de seus resultados, visando melhorias concretas nos contextos analisados.

Além disso, como afirmam Narciso e Santana (2025, p. 19465), “a integração de métodos quantitativos e qualitativos tem se mostrado uma abordagem para compreender fenômenos complexos, especialmente no campo educacional”. Mesmo utilizando exclusivamente fontes qualitativas, o estudo reconhece que análises futuras poderão beneficiar-se de metodologias mistas, que ampliem a profundidade investigativa.

Complementarmente, Santana e Narciso (2025, p. 1580) destacam que “a relação entre metodologia científica e pesquisa educacional é intrínseca, pois a investigação sistemática é a principal ferramenta para compreender e intervir nos desafios do processo de ensino e aprendizagem”. Com base nesse entendimento, a pesquisa foi desenvolvida a partir de palavras-chave específicas, entre aspas curvas e simples, como ‘inclusão escolar’, ‘necessidades especiais’, ‘formação docente’ e ‘práticas pedagógicas inclusivas’.

As buscas foram realizadas principalmente na base CAPES Periódicos, um repositório digital que oferece acesso a revistas científicas nacionais e internacionais de diversas áreas. Esse banco de dados foi escolhido por sua ampla cobertura e credibilidade acadêmica. Os critérios de inclusão abrangeram publicações recentes (entre 2023 e 2025) e textos diretamente relacionados ao objeto de estudo. Foram excluídos materiais opinativos, sem base científica, ou desconectados do campo educacional, assegurando a consistência metodológica e a pertinência das fontes analisadas.

A articulação entre estado, escola e família na promoção da inclusão escolar

A inclusão de alunos com necessidades especiais não pode ser compreendida apenas como uma responsabilidade restrita à escola, mas sim como um processo que envolve a articulação entre diferentes instâncias sociais. Conforme Costa e Versiani (2024, p. 102),

[...] sendo assim, este ensaio teórico tem como objetivo apresentar e discutir a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em escolas públicas e a importância de compreender a relação recursiva das estruturas estado, escola e família neste processo.

Essa análise mostra que os fatores que moldam a inclusão escolar extrapolam os muros da escola, estendendo-se às políticas públicas e às dinâmicas familiares. Rodrigues (2023, p. 2) reforça que

[...] o estudo mostrou que a inclusão escolar é marcada por uma historicidade, que se propaga em discursos legais e nos diversos contextos escolares. Assim, concluímos que a inclusão escolar é descrita nos documentos legais em discursos imbricados de intencionalidades, sendo que sua efetivação no cotidiano escolar ainda é marcada por desafios e não decorre de forma homogênea.

A citação destaca a lacuna entre o plano normativo e a realidade escolar. Embora haja marcos legais que garantam o direito à educação inclusiva, sua materialização encontra resistências nas condições concretas de funcionamento das escolas e nos limites impostos pelas estruturas sociais. Essa disparidade demonstra que a legislação, sozinha, não assegura inclusão: é preciso transformar discursos em práticas efetivas e sustentáveis. Varella *et al* (2024, p. 2106) alertam que

A inclusão escolar deve ser compreendida como um processo dinâmico que envolve não apenas a adaptação de métodos e materiais didáticos, mas também a transformação das práticas pedagógicas e das relações interpessoais dentro da escola. É fundamental que a escola esteja comprometida com a criação de um ambiente que respeite e valorize a diversidade, garantindo que todos os alunos, independentemente de suas limitações, tenham a oportunidade de aprender e se desenvolver em um ambiente acolhedor e inclusivo, contando com o apoio das famílias e das políticas públicas que asseguram os recursos necessários (Varella *et al*, 2024, p. 2107).

Esse trecho evidencia a centralidade da relação entre escola e família, ancorada por políticas públicas eficazes, para que a inclusão se consolide como prática cotidiana. Não basta adaptar currículos ou garantir vagas: é necessário que a instituição escolar esteja comprometida com mudanças estruturais que contemplem a singularidade de cada estudante e que haja suporte externo que viabilize tais transformações. Portanto, a articulação entre Estado, escola e família representa um eixo indispensável para a construção de uma educação inclusiva que seja, efetivamente, garantidora de direitos e promotora de cidadania.

A formação continuada de professores e o uso de recursos pedagógicos adaptados

A formação continuada de professores e o uso de recursos pedagógicos adaptados são aspectos centrais para a efetivação da inclusão escolar. Este capítulo aborda como a qualificação permanente dos educadores, aliada ao emprego de tecnologias assistivas e práticas pedagógicas específicas, contribui para atender às diferentes necessidades dos estudantes. O objetivo é evidenciar como a formação docente e a oferta de recursos influenciam diretamente na qualidade do ensino e na promoção de uma educação equitativa e acessível.

Varella *et al.* (2024) afirmam que a formação contínua dos professores é condição essencial para o sucesso da inclusão, pois os capacita a lidar com a diversidade presente nas salas de aula e a implementar estratégias pedagógicas condizentes com esse cenário.

A partir dessa perspectiva, compreende-se que a inclusão não pode ser conduzida apenas por normativas ou boa vontade institucional. Ela exige preparação técnica e metodológica dos docentes, bem como infraestrutura e recursos que favoreçam práticas pedagógicas adaptadas. A formação continuada permite que os profissionais adquiram conhecimentos específicos sobre educação especial, tornando-se mais aptos a utilizar ferramentas e metodologias que contemplem as singularidades dos alunos.

Rodrigues (2023) reforça que o atendimento educacional deve ocorrer em espaços especializados sempre que as condições dos alunos assim exigirem, evidenciando a necessidade de um planejamento personalizado e flexível.

Esse posicionamento aponta para a importância de um sistema educacional que respeite a diversidade e ofereça múltiplas possibilidades de ensino. A personalização do atendimento, por meio de recursos pedagógicos adaptados, contribui para superar barreiras impostas por limitações físicas, sensoriais, cognitivas ou sociais, ampliando as oportunidades de aprendizagem.

“Além disso, é importante que as escolas ofereçam recursos e formação continuada para os professores, além de adaptar as práticas pedagógicas para atender às necessidades dos alunos” (Costa; Versiani, 2024, p. 103). Essa citação fortalece a compreensão de que uma escola inclusiva só se concretiza com a integração entre capacitação profissional e estrutura material. A formação dos professores deve ser acompanhada de investimentos em recursos didáticos acessíveis, como materiais ampliados, softwares de apoio, pranchas de comunicação, entre outros dispositivos adaptativos.

“O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos” (Rodrigues, 2023, p. 3). Essa perspectiva reafirma o compromisso da escola com a flexibilidade no atendimento, considerando não apenas os aspectos legais, mas a realidade vivida pelos estudantes e educadores. O reconhecimento das especificidades demanda não só uma mudança estrutural, mas também cultural, no modo como se compreende o ensino inclusivo.

É fundamental destacar que o investimento na formação docente não se limita à aquisição de conteúdos teóricos, mas envolve também o desenvolvimento de competências práticas e atitudes inclusivas. Nesse sentido, o engajamento dos professores com a causa da inclusão se fortalece à medida que eles são devidamente preparados para enfrentarem os desafios cotidianos da sala de aula. “A formação contínua dos professores é essencial para o sucesso da inclusão, pois capacita-os a lidar com a diversidade em sala de aula e a implementar práticas pedagógicas inclusivas” (Varella *et al.*, 2024, p. 2107).

A partir dessa afirmação, compreende-se que a escola inclusiva é fruto de um processo formativo contínuo, que envolve políticas públicas consistentes, apoio institucional e valorização da prática pedagógica qualificada. A atuação docente, quando alicerçada por conhecimento, sensibilidade e suporte material, pode transformar o ambiente escolar em um espaço verdadeiramente acolhedor e equitativo.

Conclui-se que a formação continuada de professores, aliada ao uso de recursos pedagógicos adaptados, constitui um dos pilares para a efetivação da inclusão escolar. As reflexões apresentadas demonstram que práticas inclusivas não dependem apenas de regulamentações, mas da articulação entre teoria, prática e compromisso com o direito de aprender de todos os estudantes.

O impacto das práticas inclusivas no desempenho acadêmico e no desenvolvimento socioemocional dos alunos

As práticas inclusivas repercutem não apenas no rendimento escolar, mas também no desenvolvimento emocional e social dos estudantes com necessidades especiais. Costa e Versiani (2024, p. 105) explicam que

[...] a inclusão busca eliminar as barreiras e desigualdades que podem impedir essa participação plena, envolvendo práticas e ações cotidianas para impedir

discriminações, preconceitos e exclusões.

A inclusão, portanto, não deve ser reduzida à inserção física dos alunos em salas comuns, mas compreendida como um processo que envolve a valorização das subjetividades, o fortalecimento do senso de pertencimento e o estímulo à construção de vínculos interpessoais. Quando as escolas adotam práticas pedagógicas inclusivas, elas ampliam as possibilidades de engajamento dos estudantes, permitindo-lhes experimentar um aprendizado que considera suas especificidades e potencialidades. Esse movimento tem efeitos diretos na autoestima e na motivação, fundamentais para a construção de trajetórias acadêmicas exitosas.

Varella *et al* (2024, p. 2106) complementam que “criar um ambiente escolar inclusivo e colaborativo é crucial para promover a participação plena dos alunos com necessidades especiais no processo educativo”.

Essa reflexão evidencia que os efeitos das práticas inclusivas são amplos e interdependentes, abrangendo dimensões cognitivas, afetivas e sociais. Para tanto, as escolas precisam assumir uma postura proativa, capaz de identificar e enfrentar as barreiras que comprometem a participação plena dos alunos, criando espaços educativos verdadeiramente democráticos e transformadores. Isso implica o envolvimento de todos os atores escolares, incluindo professores, gestores e equipe pedagógica, bem como a mobilização de redes de apoio externas, como serviços de saúde e assistência social.

Rodrigues (2023, p. 4) enfatiza que

[...] os alunos com necessidades especiais são àqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que em interação com diversas barreiras podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade.

Essa perspectiva amplia a compreensão sobre os desafios enfrentados no cotidiano escolar, mostrando que a inclusão vai além da garantia formal de acesso: ela exige intervenções efetivas para remover obstáculos concretos que limitam a aprendizagem e a socialização. Ao atuar sobre essas barreiras, a escola promove não apenas o desenvolvimento acadêmico, mas também a construção de competências socioemocionais essenciais, como empatia, resiliência e cooperação.

Costa e Versiani (2024, p. 105) destacam que “é necessário garantir a permanência e o aprendizado, indo além do simples cumprimento legal, para assegurar uma educação verdadeiramente inclusiva e transformadora”. Essa observação sublinha que a inclusão efetiva não pode ser superficial, devendo estar alicerçada em políticas pedagógicas consistentes, planejadas e sustentadas por práticas cotidianas.

O atendimento educacional especializado visa garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino, assegurando que os alunos desenvolvam competências acadêmicas, sociais e emocionais, essenciais para sua formação integral e para o exercício pleno da cidadania (Rodrigues, 2023, p. 4).

A citação evidencia que o impacto das práticas inclusivas transcende o espaço escolar imediato, alcançando a esfera da cidadania e da participação social ampla. Ao proporcionar condições adequadas para que os alunos com necessidades especiais desenvolvam suas potencialidades, a escola contribui para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e plural.

Ademais, Varella *et al* (2024, p. 2107) reforçam que “a formação contínua dos professores é um dos pilares para a eficácia da inclusão escolar”. Essa formação é indispensável para que as estratégias inclusivas sejam devidamente implementadas, assegurando que os resultados acadêmicos e socioemocionais almejados possam ser efetivamente alcançados.

Portanto, a análise permite concluir que as práticas inclusivas possuem um impacto multidimensional, repercutindo não apenas nas notas ou índices formais de desempenho, mas também no fortalecimento das relações interpessoais, no senso de pertencimento e na construção de trajetórias escolares marcadas por experiências significativas e transformadoras. Para alcançar tais resultados, contudo, é imprescindível que haja investimento contínuo em políticas inclusivas, formação docente e infraestrutura escolar adequada.

Resultados e análise dos dados

A análise desenvolvida permitiu identificar que as principais conclusões do estudo apontam para a importância da articulação entre Estado, escola e família, bem como para a necessidade de formação docente continuada e de práticas pedagógicas inclusivas efetivas. O estudo revelou que, para que a inclusão escolar ocorra de forma consistente, não basta o cumprimento formal da legislação: é imprescindível que haja ações integradas, envolvendo recursos financeiros, investimentos em tecnologia assistiva, capacitação profissional e envolvimento comunitário.

O significado dessas descobertas reside na constatação de que a inclusão não é um processo estanque, mas sim dinâmico, que demanda ajustes constantes nas práticas escolares e políticas públicas. Ao mesmo tempo, essas conclusões reforçam que a simples matrícula de alunos com necessidades especiais nas escolas regulares não garante, por si só, aprendizagem efetiva ou desenvolvimento pleno. É preciso criar condições materiais e pedagógicas que permitam a esses estudantes superar barreiras históricas de exclusão.

Quando essas descobertas são comparadas com o que outros estudos já indicaram, observa-se convergência: a literatura acadêmica confirma que a inclusão depende de redes intersetoriais bem articuladas, que conjugam saúde, assistência social, educação e participação familiar. Isso mostra que os resultados encontrados no presente estudo dialogam com trabalhos anteriores, aprofundando-os ao demonstrar a relevância de práticas pedagógicas contextualizadas e da formação docente voltada para a diversidade.

Entretanto, as descobertas aqui apresentadas possuem limitações. Primeiramente, como a pesquisa foi exclusivamente bibliográfica, ela depende das análises e interpretações oferecidas pelos autores utilizados. Além disso, as evidências empíricas diretas, como relatos de alunos, professores ou gestores, não foram incorporadas, restringindo o alcance das conclusões à perspectiva teórica. Segundo autores especializados, como Narciso e Santana (2025), é fundamental combinar dados qualitativos e quantitativos para capturar a complexidade do fenômeno educativo e suas nuances contextuais.

Uma explicação plausível para eventuais resultados surpreendentes — como a permanência das barreiras inclusivas mesmo em contextos aparentemente bem estruturados — está no fato de que políticas inclusivas frequentemente esbarram em resistências culturais, dificuldades operacionais e falta de alinhamento entre diretrizes e práticas locais. Como destacam Santana e Narciso (2025), compreender os limites das políticas inclusivas implica reconhecer que a escola

não atua isoladamente, mas sim inserida em um campo social permeado por desigualdades históricas e desafios estruturais.

Por fim, o estudo aponta sugestões para futuras pesquisas. É recomendável que investigações empíricas sejam realizadas, envolvendo entrevistas com professores, alunos, famílias e gestores escolares, para aprofundar a compreensão das dificuldades enfrentadas no cotidiano das escolas. Além disso, pesquisas comparativas entre diferentes redes públicas e privadas poderiam iluminar fatores contextuais que favorecem ou dificultam a inclusão, contribuindo para o desenho de políticas públicas mais eficazes e contextualizadas.

Conclusão

As considerações finais deste artigo demonstram que o estudo desenvolvido permitiu responder à questão norteadora inicialmente proposta: de que modo a escola contribui, concretamente, para a inclusão plena de alunos com necessidades especiais, considerando os desafios institucionais, pedagógicos e sociais? A análise evidenciou que a escola desempenha um papel central, mas não autossuficiente, na promoção da inclusão, dependendo de articulações com políticas públicas, suporte familiar e formação docente adequada.

Os objetivos da pesquisa foram alcançados ao identificar, primeiramente, a importância das redes intersetoriais; em segundo lugar, a relevância da formação docente continuada e do uso de recursos pedagógicos adaptados; e, por fim, os efeitos positivos das práticas inclusivas sobre o desempenho acadêmico e socioemocional dos estudantes.

Além de confirmar as hipóteses teóricas investigadas, o artigo também abre caminho para novas perguntas. Sugere-se que pesquisas futuras explorem empiricamente como essas práticas se desenvolvem no cotidiano escolar, considerando variáveis contextuais, culturais e econômicas que possam interferir nos resultados inclusivos. Tais investigações poderão contribuir para fortalecer políticas públicas mais ajustadas às realidades locais, avançando no compromisso coletivo com a efetivação do direito à educação inclusiva e de qualidade para todos.

Referências

COSTA, F. C. C.; VERSIANI, F. Inclusão de alunos com necessidade educacionais em escolas públicas: uma discussão teórica sobre a recursividade na relação entre indivíduo e estrutura social. **Cadernos da Fucamp**, v. 25, p. 99–116, 2024.

NARCISO, R.; SANTANA, A. C. de A. Metodologias científicas na educação: uma revisão crítica e proposta de novos caminhos. **ARACÊ**, v. 6, n. 4, p. 19459–19475, 2024.

RODRIGUES, A. A. Políticas públicas e práticas inclusivas: desafios para a efetivação da inclusão escolar no Brasil. **Revista Educação e Sociedade**, v. 44, n. 161, p. 1–17, 2023.

SANTANA, A. C. de A.; NARCISO, R. Pilares da pesquisa educacional: autores e metodologias científicas em destaque. **ARACÊ**, v. 7, n. 1, p. 1577–1590, 2025.

SANTANA, A. N. V. de; NARCISO, R.; SANTANA, A. C. de A. Transformações imperativas nas metodologias científicas: impactos no campo educacional e na formação de pesquisadores. **Caderno Pedagógico**, v. 22, n. 1, e13702, 2025.

VARELLA, K. L. S. et al. A inclusão de alunos com necessidades especiais na educação regular:

análise das práticas e estratégias que podem ser implementadas para garantir que alunos com deficiências tenham acesso pleno ao currículo. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 10, n. 9, p. 2103–2108, set. 2024.